

III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



GUARDA DE TRÂNSITO E EXERCÍCIO DA ADVOCACIA EM CAUSA PRÓPRIA

Autor(res)

Marcelo Queiroz Alves De Oliveira
Frederico Medeiros Lopes Artuzo Sanches
Joyce Gomes Infantino
Lara Keitel Ferreira Campos
Paloma Bicalho Giffoni

Categoria do Trabalho

1

Instituição

UNIVERSIDADE FUMEC

Introdução

Em fevereiro de 2021, analisando dois recursos interpostos pela OAB-PE e pela OAB-AL em face de acórdãos do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, a Primeira Seção do STJ decidiu, em sede de recursos especiais repetitivos, que o cargo público de agente de trânsito é incompatível com o exercício da advocacia. Segundo o que dispõe o art. 28, inciso V, da Lei n. 8.906/94.

Sendo assim o STJ entendeu que o exercício da advocacia é incompatível com as atividades desempenhadas pelos "ocupantes de cargos ou funções vinculados direta ou indiretamente a atividade policial de qualquer natureza", pois os agentes de trânsito exercem atividade policial típica e, por essa razão, há incompatibilidade com o exercício da advocacia. "O exercício da advocacia, mesmo que em causa própria, é incompatível com as atividades desempenhadas por servidor ocupante de cargo público de agente de trânsito, nos termos do art. 28, V, da Lei 8.906/94".

Objetivo

Este trabalho visa demonstrar a incompatibilidade entre as funções de guarda de trânsito e advocacia. A análise do STJ e da legislação revela que essa incompatibilidade não se restringe apenas ao aspecto legal, mas também envolve questões éticas e práticas que afetam a integridade do sistema jurídico e a imparcialidade dos profissionais.

Material e Métodos

Com o intuito de fundamentar o tema proposto, foram realizados estudos e pesquisas jurisprudências sobre as diferenças existentes em ambas as profissões. Do mesmo modo foram realizadas leituras bibliográficas de artigos que expõem o entendimento do STJ sobre o assunto em tela, estando eles presentes na Lei número 8.906/94 (Estatuto da Advocacia e da OAB) e no site JusBrasil, reunindo e comparando várias informações de fontes diversificadas.

Resultados e Discussão

III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



A decisão do STJ, ao considerar incompatível o exercício da advocacia por agentes de trânsito, reforça a ideia de que as atividades desempenhadas por esses profissionais são distintas e, em muitos aspectos, incompatíveis. É importante ressaltar que o papel do guarda de trânsito é eminentemente ligado à fiscalização e aplicação das normas de trânsito, visando garantir a segurança e fluidez do tráfego, já o advogado atua na representação e defesa dos interesses de seus clientes perante os órgãos judiciais, necessitando de uma imparcialidade e independência que podem ser comprometidas pela associação com funções de fiscalização e aplicação de penalidades. A percepção de que um agente de trânsito também atua como advogado pode gerar dúvidas sobre a imparcialidade de suas decisões e levantar questões sobre possíveis conflitos de interesse.

Conclusão

Estabeleceu-se a incompatibilidade entre a função de agente de trânsito e advocacia, respaldada pelo artigo 28, inciso V, da Lei n. 8.906/94. O exercício da advocacia, mesmo em causa própria, requer conformidade com padrões éticos e legais, enquanto os agentes de trânsito devem evitar conflitos de interesse. Assim, a coexistência dessas funções é inviável, visando a credibilidade e integridade do sistema jurídico.

Referências

<https://www.cjf.jus.br/cjf/outras-noticias/2012-1/junho/agente-de-transito-tem-direito-a-inscricao-nos-quadros-da-oab>

<https://news.fcrlaw.com.br/news/stj-nega-aos-agentes-de-transito-o-direito-de-advogar/>

<https://www.oab-al.org.br/2021/03/stj-acata-recurso-da-oab-al-e-determina-que-agentes-de-transito-nao-podem-advogar/>

<https://www.jusbrasil.com.br/noticias/agentes-de-transito-podem-exercer-advocacia/241522350>

<https://www.conam.com.br/decisao-cargo-publico-de-agente-de-transito-e-incompativel-com-o-exercicio-da-advocacia/>

<https://www.lex.com.br/cargo-publico-de-agente-de-transito-e-incompativel-com-o-exercicio-da-advocacia/>

<https://www.oab.org.br/noticia/58681/stj-atende-oab-e-decide-que-o-cargo-de-agente-de-transito-e-incompativel-com-a-advocacia#:~:text=Assim%2C%20foi%20firmada%20tese%20pelo,tr%C3%A2nsito%2C%20nos%20termos%20do%20art.>